



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

ACTA N.º 19/XI/2.ª

Aos treze dias do mês de Dezembro de dois mil e dez, pelas quinze horas e quarenta minutos, reuniu, na Sala 1 do Palácio de São Bento, em Lisboa, a Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com a seguinte ordem de trabalhos:

15:00 Horas

1. Distribuição de Iniciativas legislativas;
2. Distribuição de Iniciativas legislativas europeias;
3. **Apreciação e votação do parecer sobre a Proposta de Lei n.º 44/XI/2.ª(GOV) – “Criminaliza o incitamento público à prática de infracções terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo, dando cumprimento à Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI do Conselho, de 28 de Novembro de 2008, que altera a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI relativa à luta contra o terrorismo, e procede à terceira alteração da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto”.**
Relator: Deputado Fernando Negrão (PSD);
4. **Apreciação e votação de relatórios de petições;**
5. **Apreciação e votação de relatórios de iniciativas europeias;**
6. **Outros Assuntos.**

18:30 Horas

Audição da Candidata ao lugar de Juiz do Tribunal Constitucional - Maria dos Prazeres Couceiro Pizarro Beleza, nos termos do n.º 3 do artigo 256.º e do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República.

Estavam presentes os Senhores Deputados constantes da folha de presenças em anexo.

Não havendo iniciativas legislativas ou iniciativas legislativas europeias a distribuir, o Senhor Deputado Fernando Negrão (PSD) fez uma breve apresentação do parecer relativo à Proposta de Lei n.º 44/XI/2.ª (GOV) – “*Criminaliza o incitamento público à prática de infracções terroristas, o recrutamento para o terrorismo e o treino para o terrorismo, dando cumprimento à Decisão-Quadro n.º 2008/919/JAI do Conselho, de 28 de Novembro de 2008, que altera a Decisão-Quadro n.º 2002/475/JAI relativa à luta contra o terrorismo, e procede à*



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

terceira alteração da Lei n.º 52/2003, de 22 de Agosto”, cujas partes I e III foram aprovadas por unanimidade.

Seguidamente, o Senhor Deputado Luís Pita Ameixa (PS) apresentou o parecer relativo ao Relatório anual da Comissão, ao Parlamento Europeu e ao Conselho, sobre as actividades da Unidade Central do EURODAC em 2009 COM (2010) 415, que, submetido à votação, foi aprovado, com votos a favor do PS, do PSD, do CDS-PP e do PEV e abstenções do BE e do PCP.

No sexto ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente recordou a Comissão de que a Proposta de Lei n.º 40/XI (GOV) – *“Procede à revogação de 433 actos legislativos no âmbito do programa SIMPLEGIS, incluindo a revogação expressa de vários decretos-leis publicados no ano de 1975, a revogação do Código Administrativo de 1936-40 e a alteração do Decreto-Lei n.º 460/77, de 7 de Novembro e do Decreto-Lei n.º 305/2009, de 23 de Outubro”* estava na Comissão, pendente de apreciação e votação na especialidade.

A este propósito, o Senhor Deputado Hugo Velosa (PSD) recordou a conveniência de ser ouvido pela Comissão, antes da votação na especialidade, o Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros.

Ainda sobre o mesmo assunto, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) afirmou que, para além do Secretário de Estado referido, seria também oportuno ouvir os elementos técnicos do CEJUR que participaram nos trabalhos de elaboração da Proposta de Lei em causa.

Ainda neste ponto da ordem do dia, o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) apresentou o requerimento do seu Grupo Parlamentar no sentido de ser ouvido pela Comissão o Ministro da Administração Interna a propósito do apoio às populações afectadas pelo recente tornado, que foi aprovado por unanimidade.

Finalmente, a Senhora Deputada Helena Pinto (BE) deu conta de uma carta enviada ao Presidente da Comissão, solicitando a clarificação sobre a constitucionalidade da candidatura,



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

apresentada pelo PSD, da Sr. Juíza Conselheira Maria dos Prazeres Beleza para o Tribunal Constitucional.

Intervieram sobre este tema, para além do Senhor Presidente, os Senhores Deputados Teresa Morais (PSD), Filipe Neto Brandão (PS), Marques Júnior (PS), Nuno Magalhães (CDS-PP), João Oliveira (PCP), José Luís Ferreira (PEV), Hugo Velosa (PSD) e Helena Pinto (BE).

Às 17h30 a reunião foi interrompida.

Às 19h15, deu-se início à audição prévia da Juiz Conselheira **Maria dos Prazeres Couceiro Pizarro Beleza**, candidata a Juiz do Tribunal Constitucional, nos termos e para os efeitos do n.º 3 do artigo 256.º e da alínea b) do artigo 257.º do Regimento da Assembleia da República, tendo a candidata, em declaração prévia, manifestado que retirava a sua candidatura por razões pessoais.

Nada mais haver a tratar, foi a reunião encerrada às dezanove horas e vinte minutos, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO,



(Osvaldo de Castro)

Nota: Aprovada em 12-01-2011



**ASSEMBLEIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ASSUNTOS CONSTITUCIONAIS,
DIREITOS, LIBERDADES E GARANTIAS**

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Celeste Correia
Fernando Negrão
Filipe Lobo D' Ávila
Filipe Neto Brandão
Francisca Almeida
Helena Pinto
Hugo Velosa
Jorge Bacelar Gouveia
José Luís Ferreira
Luís Pita Ameixa
Manuel Seabra
Maria do Rosário Carneiro
Maria Manuela Augusto
Nuno Magalhães
Oswaldo de Castro
Teresa Morais
Ana Catarina Mendonça Mendes
Catarina Marcelino
João Oliveira
Marques Júnior
Miguel Macedo

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Miguel Vale Almeida

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

António Filipe
António Gameiro
Carlos Peixoto
Isabel Oneto
Luís Montenegro
Ricardo Rodrigues

Justificaram a falta os seguintes Senhores Deputados:

António Montalvão Machado